

A Linguagem Educativa Castrense Baseada Em Ícones Da História Militar

The Military Educational Language Based On Icons Of The Military History

El Lenguaje Educativo Castrense Basado En Iconos De La Historia Militar

Tania Regina Pires de Godoy

Doutora em Fundamentos da Educação pela Universidade Federal de São Carlos
Professora Associada 1 de História Militar na Academia da Força Aérea Brasileira (AFA)
Pesquisadora do Grupo de Pesquisa “Educação e Formação de Profissionais Militares da AFA”
taniagodoy@globomail.com

RESUMO

Nas instituições castrenses de formação da oficialidade militar brasileira, percebemos uma série de ícones (bustos de militares ilustres, armas, aviões) que se tornam monumentos educativos para efetivar o pensamento e o comportamento que cada Força pretende imprimir em seus discentes. Este trabalho apresentará alguns destes elementos existentes nas três Escolas de formação de oficiais militares – Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras e Academia da Força Aérea – suscitando algumas reflexões quanto à importância da História na linguagem do monumento, como um construto educativo cotidiano praticado no interior destas instituições escolares para se consolidar uma identidade profissional pretendida aos futuros líderes das Forças Armadas brasileiras. A fundamentação teórico-metodológica está calcada nos autores clássicos do pragmatismo educacional, que inspirou reformas escolares nos Estados Unidos no final do século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX e reformadores brasileiros que instituíram o movimento escolanovista nos anos 1920. Os autores apresentados apontam o utilitarismo presente nas ações educativas, o que sinaliza a realidade cotidiana das três Escolas de formação de oficiais no Brasil, empregando como um dos elementos o aporte da História para constituir seu universo educativo. As descrições aqui apresentadas partem de experiência de campo em visita à Escola Naval e à Academia Militar das Agulhas Negras.

Palavras-chave: Brasil. Educação castrense. Ensino de História Militar. Identidade militar.

Recebido / Received / Recibido
18/04/11

Aceito / Accepted / Acepto
14/06/11

ABSTRACT

In the military institutions, which train Brazilian military officers, we realize several icons (bust of important military personnel, weapons, aircrafts) that become educational monuments in order to accomplish the thought and the behavior each Force intends to impress in its students. This article will show some of these elements presented in the three Brazilian Academies which train military officers - Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras e Academia da Força Aérea - raising some discussions about the importance of the history in the monument language, as a daily educational concept that is practiced inside of these educational institutions to consolidate a professional identity which is required for the future leaders of the Brazilian Armed Forces. The theoretical and methodological basis is based on the classical authors of the educational pragmatism, who inspired educational changes in the United States in the end of the nineteenth century and in the first two decades of the twentieth century, and also the Brazilian reformers who instituted the progressive education movement in the 1920's. The presented authors point out the utilitarianism presented in the educational actions, which portrays the daily reality of the three Academies which train officers in Brazil, using as one of the elements the history contribution in order to build up their educational universe. The presented descriptions are parts of the experience on a visit at Escola Naval, and the Academia Militar das Agulhas Negras.

Keywords: Brazil. Military Education. Military History Teaching. Military Identity.

RESUMEN

En las instituciones militares de formación de los militares brasileños percibimos una serie de iconos (bustos de militares ilustres, armas, aviones) que se convierten en monumentos educativos para efectivizar el pensamiento y comportamiento que cada Fuerza pretende imprimir en sus estudiantes. Este trabajo presentará algunos de estos elementos que aparecen en las Escuelas de formación de oficiales militares - Escuela Naval, Academia Militar de Agujas Negras y Academia de la Fuerza Aérea - que produce algunas reflexiones respecto a la importancia de la Historia en el lenguaje del monumento, como una construcción educativa cotidiana practicado en estas instituciones escolares para consolidar una identidad profesional pretendida a los futuros líderes de las Fuerzas Armadas brasileñas. La base teórica y metodológica está en los autores clásicos del pragmatismo educacional, en que se basaron reformas escolares en los Estados Unidos en fines del siglo XIX y en las primeras dos décadas del siglo XX y reformadores brasileños que instituyeron el movimiento "escolanovista" en el año 1920. Los autores presentados demuestran la utilidad presente en las acciones educativas, lo que demuestra la realidad cotidiana de las tres Escuelas de formación de oficiales en Brasil, utilizando como uno de los elementos el aporte de la Historia para constituir su universo educativo. Las descripciones presentadas aquí parten de la experiencia de campo en visita a la Escuela Naval y a la Academia Militar de las Agujas Negras.

Palabras-clave: Brasil. Educación castrense. Enseñanza de Historia Militar. Identidad militar.

INTRODUÇÃO

Todo ambiente escolar carrega em sua construção, no nome da instituição, nas datas comemorativas e na escolha de seus patronos pessoas ilustres que são determinadas segundo a história local, da região ou até da nação a que pertence.

Dessa maneira, nas instituições castrenses de formação da oficialidade militar brasileira não é de se estranhar que percebamos uma série de ícones elencados pela história oficial de cada Força presentes não somente nos conteúdos de História Militar (ou História Naval), mas também em todo ambiente escolar, no qual o próprio prédio, bustos de militares ilustres, armas,

aviões, símbolos se tornam monumentos educativos para efetivar o pensamento e o comportamento que cada Força pretende imprimir em seus discentes.

Este trabalho apresentará alguns destes elementos existentes nas três Escolas de formação de oficiais militares – Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras e Academia da Força Aérea – suscitando algumas reflexões quanto à importância da História na linguagem do monumento, como um construto educativo cotidiano praticado no interior destas instituições escolares para se consolidar uma identidade profissional pretendida aos futuros líderes das Forças Armadas brasileiras.

Nesta abordagem a fundamentação teórico-metodológica está calcada nos autores clássicos do

pragmatismo educacional, que inspirou reformas escolares nos Estados Unidos no final do século XIX e nas primeiras duas décadas do século XX e reformadores brasileiros que instituíram o movimento escolanovista nos anos 1920. Os autores apresentados apontam o utilitarismo presente nas ações educativas, o que sinaliza a realidade cotidiana das três Escolas de formação de oficiais no Brasil, empregando como um dos elementos o aporte da História para constituir seu universo educativo.

As descrições aqui apresentadas partem de minha experiência de campo quando realizei minha pesquisa de Doutorado, em visita à Escola Naval e à Academia Militar das Agulhas Negras, onde tive oportunidade de conhecer as instalações, de entrevistar os instrutores da área de História Militar (ou Naval) e de realizar um questionário direcionado aos aspirantes e cadetes. Da mesma maneira, como sou a única docente da área na Academia da Força Aérea, os relatos aqui apresentados desta Escola partem de meu cotidiano como docente e pesquisadora educacional castrense. Dessa forma, apesar de anunciar meu comprometimento com um método transparente e elucidativo da realidade educacional vivenciada, não é possível negar alguns aspectos que sugerem determinada subjetividade com relação ao meu olhar do interior da instituição a qual pertença. O pesquisador em História (e também pesquisador de ensino desta matéria) não se exime de suas influências, de sua formação e de sua própria concepção de mundo, pois ao nos determos na pesquisa e reflexão de um objeto do qual fazemos parte, somos, sim, sujeito e objeto simultaneamente. Se por um lado isso pode parecer limitador, por outro consiste na riqueza em proporcionar um conhecimento e um desnudar do interior do objeto, de parte de sua essência (SCHAFF, 2007, *passim*).

1 ESPAÇO EDUCACIONAL E O SENTIDO DA HISTÓRIA: A ESPECIFICIDADE DAS ESCOLAS CASTRENSES¹

As Academias de formação de oficiais militares brasileiros perseguem um objetivo comum quanto ao ensino de História, que é o de transmitir um conhecimento para proporcionar o subsídio teórico em uma atividade bélica que esses alunos podem enfrentar no exercício de sua profissão. Seu ensino segue uma orientação utilitária na transmissão do conhecimento de maneira positiva e geralmente inquestionável, utilizando ou aspectos condicionantes que limitam a influência do docente em um direcionamento mais investigativo no trato da História, ou utiliza professores oficiais do quadro

complementar como instrutores, alguns inclusive que não possuem formação específica na área e, portanto, reproduzem uma linguagem e simbologia atreladas ao universo castrense e ao comportamento militar que se pretende determinar nesses jovens.

Nossa consideração acerca da formação da liderança militar, cujo desempenho social é direcionado à prática da guerra, está vinculada à compreensão da exigência de um preparo mais sólido do profissional militar devido ao desenvolvimento técnico na arte dessa atividade humana. Por isso se pode constatar uma postura educacional funcional, observada na constituição da disciplina de História Militar nas três Escolas de formação de oficiais brasileiros e no interior de suas instalações, com diversos elementos fundamentados na História oficial de cada Força.

Este papel dotado ao saber histórico se deu desde o século XIX na Europa e visava apresentar as realizações da classe que estava no poder como inevitáveis e positivas; assim, auxiliaria no projeto de Estado se consolidar, atrelando o papel da escola como formadora dos “cidadãos”. A produção historiográfica também era direcionada para compor uma “história das civilizações”, de acordo com Bittencourt (1988, p. 4).

Esta prática relevava ao ensino da História uma aplicação prática (formação de cidadãos, constituição do Estado-Nação) e ocorria nas escolas civis. Não se pode negar que a disciplina de história sempre teve um papel utilitário político ao compor os programas curriculares das escolas fundamentais e de ensino médio, notadamente durante os regimes ditatoriais, nos quais o Estado exercia um controle maior sobre a produção intelectual, de forma a não permitir construções críticas de suas atividades arbitrárias no exercício do poder. Percebe-se que o ensino de história, nestes momentos da história política das nações ocidentais e, principalmente, da do Brasil, recebia um tratamento especial e seus profissionais tornaram-se foco direto das atenções desses regimes de exceção (CORDEIRO, 1994, p. 37-40).

Nota-se, assim, a história ensinada carregada de uma função utilitária, como, por exemplo, observamos durante o período do Estado Novo de Getúlio Vargas a preocupação em enaltecer vultos históricos por meio de práticas cívicas no cotidiano escolar e na transmissão da história das realizações desses vultos no ensino da disciplina. Ou, no período de superação da ditadura militar, na efervescência dos debates em torno do ensino de história no final da década de 1970 e nos anos 1980, a apresentação de novas propostas curriculares, com um propósito de se formar “cidadãos” para contribuir

¹ O termo “castrense” é definido como aquele próprio do estado e da profissão militar. É tudo concernente ao Exército. DE TORRES - Tomo I, 1961, p. 749.

na consolidação da democracia institucional do país (BITTENCOURT, 1988, p. 15). Após o fim do período denominado de “transição democrática”, esses debates foram arrefecendo, como se a institucionalização da democracia formal fosse o suficiente ao exercício pleno da cidadania ou o que ocorreu foi uma sensação de fracasso diante do que se conseguiu quando se superou o período da ditadura militar (CORDEIRO, 1994, p. 210-222). Todavia, sem dúvida, é na instituição militar que a característica pragmática do ensino de História é mais acentuada.

Na busca em se constituir o “soldado vibrador” (jargão militar) na personalidade do futuro oficial das Forças Armadas brasileiras, se privilegia a constituição do ambiente educativo, de sua organização institucional, na construção de suas instalações, uma concepção positivista, como a que mais proporcionaria lições a serem extraídas com seu estudo². A formação do espírito guerreiro deve apreender este conhecimento em bloco, sem questionamento, no espírito da pronta resposta à ordem emanada do superior.

Na necessidade de se formar um melhor comandante, desde a instituição das academias de formação profissional da oficialidade, a disciplina de História Militar fazia parte da grade curricular, com o objetivo de constituir os elementos positivos e exemplares para nortear a formação desses líderes guerreiros, de acordo com HUNTINGTON (1996 [1957], p. 66). Podemos constatar com isso que a história sempre fora utilizada como fundamento teórico na extração dos exemplos e ensinamentos aos comandantes, baseados nos sucessos ou fracassos observados nas guerras do passado. Assim,

A vocação militar é uma profissão porque acumula experiências que fazem um conjunto de conhecimentos profissionais. Na visão militar, o homem só aprende pela experiência. Se tem pouca oportunidade de aprender pela própria experiência, terá então de aprender pela experiência dos outros. Daí o gosto do militar pelo estudo da História. Pois a História é, na frase de Lidell Hart, “experiência universal”, e História Militar, como disse Moltke, é “o meio mais eficaz de ensinar guerra em tempo de paz” (ibid., p. 82).

Por isso, não é difícil depreender que o estudo da história recortada em história militar, que privilegia as ações políticas beligerantes entre as nações e o estudo das guerras do passado, dos teatros de operações e dos resultados obtidos pelos comandantes que se tornaram ilustres, ou pelos sucessos heroicos ou pelos fracassos auferidos, tenha um tratamento utilitário como ferramenta para subsidiar o futuro líder militar de uma experiência adquirida no exemplo de outros, encaminhando o estudo

da história numa intenção exemplar, moralizante: “Os exemplos históricos esclarecem tudo; possuem, além disso, um poder demonstrativo de primeira categoria quando se trata de ciência empírica. Isso se verifica na arte da guerra mais do que em qualquer outro campo (CLAUSEWITZ, 1979 [1832], p. 191)”.

Vislumbra-se, dessa maneira, um acentuado pragmatismo no ensino de História, intitulado História Militar ou História Naval nas instituições escolares castrenses, considerado neste trabalho segundo a definição do filósofo norte-americano Charles Sanders Pierce (1839-1914):

Assim se justifica a máxima, cuja crença constitui o pragmatismo; a saber, (...). Para determinar o sentido de uma concepção intelectual devem-se considerar as consequências práticas pensáveis como resultantes necessariamente da verdade da concepção; e a soma dessas consequências constituirá o sentido total da concepção (PIERCE, 1980, p.7).

Contemporâneo a Pierce, outro filósofo americano da vertente pragmática, William James (1842-1910), assim definia este método:

O método pragmático é, primariamente, um método de assentar disputas metafísicas que, de outro modo, se estenderiam interminavelmente. É o mundo um ou muitos? – predestinado ou livre? – material ou espiritual? – eis aqui noções, quaisquer das quais podem ou não ser verdadeiras para o mundo; e as disputas em relação a tais noções são intermináveis. (...)
... Sempre que uma disputa é séria, devemos estar em condições de mostrar alguma diferença que decorra necessariamente de um lado, ou o outro está correto (JAMES, 1979, p. 17-18).

Os fundamentos filosóficos do pragmatismo de Pierce e James influenciaram diretamente as ideias do famoso filósofo educacional norte-americano, John Dewey (1859-1952):

O que chamamos ciência ou matérias de estudos não são mais do que esses produtos da experiência, organizados de modo que possam ser utilizados no futuro. São um capital que pode a cada momento ser posto a juros. Economizam em todas as direções o esforço intelectual. A memória é aliviada, porque os fatos são ordenados e sistematizados sob um princípio comum, e não, em confusão, de acordo com a sua descoberta originária. A observação é altamente auxiliada: já sabemos o que olhar e para onde olhar. O raciocínio é ajudado, porque se lhe dá direção; há um caminho geral, pelo qual as ideias naturalmente marcham vez do acaso de associações espontâneas ou imprevistas (DEWEY, 1980, p. 146-147).

O fundamento utilitário na educação de expoentes como Dewey influenciou diretamente o movimento da Escola Nova no Brasil, nos anos 1930. No ensino militar, principalmente na concepção de ensino da História

² É inegável a presença da filosofia positivista na organização e na formação do poder militar brasileiro, notadamente desde a instauração da República ou até mesmo duas décadas anteriores a ela, muito presente no Exército, influenciando posteriormente a Aeronáutica, mas também existente no ambiente da força naval (BUENO, 2010, p. 245-248 e CASTRO, 1997, p. 164-168).

Militar dos programas curriculares das Escolas de Formação de oficiais brasileiros, evidencia-se esse papel utilitário, na busca de soluções positivas em um ambiente inóspito e repleto de inseguranças, que é a realidade de um teatro de operações de guerra. Dessa maneira, o que se espera do ensino de História é justamente os ensinamentos aplicáveis ao cotidiano militar, enquanto substituto da experiência direta em um conflito (WEIGLEY, 1981, p. 15).

Entretanto, o sentido da História nas instituições escolares militares não se restringe somente nos conteúdos ministrados e nas práticas pedagógicas de transmissão de um conhecimento com sentido próprio para o exercício profissional do futuro líder de cada Força: o ambiente escolar, que abrange os prédios, os pátios, as salas de aula, os alojamentos dos discentes, a decoração composta de quadros, esculturas, bustos de pessoas ilustres, notadamente oficiais gerais da Força, flâmulas, espaços destinados a armas antigas, museus, a organização institucional e sua fraseologia, denominando com termos próprios do universo militar as sessões de trabalho, os locais de ensino, a estrutura hierárquica, enfim, percebe-se claramente que o monumento é constituído deliberadamente com intuito educativo e de imprimir comportamentos singulares das Forças Armadas, com seus quadros, habilitações, armas e serviços.

Tratamos neste trabalho com o sentido de *monumento* descrito por Jacques Le Goff, que “tem como características o ligar-se ao poder de perpetuação, voluntária ou involuntária, das sociedades históricas (é um legado à memória coletiva)”. Em complemento ao sentido do monumento temos, na mesma obra, o “*documentum*, derivado do *docere*, ‘ensinar’ (...)”. Assim se infere que a cultura material que compõe as Escolas de formação de oficiais militares brasileiros tem o propósito deliberado de traduzir elementos exemplares e, portanto, educativos no forjar do caráter e do comportamento de seus futuros líderes (LE GOFF, 2006, p. 526)³.

A seguir, apresentaremos alguns destes elementos existentes nas três Escolas de formação de oficiais militares brasileiros: a Escola Naval (EN), da Marinha do Brasil, a Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), do Exército Brasileiro e a Academia da Força Aérea Brasileira (AFA), da Aeronáutica Brasileira.

2 APRESENTAÇÃO DA ESCOLA NAVAL⁴

A Escola Naval é considerada a Escola de nível superior mais antiga do país, segundo veiculação em seu portal eletrônico. A constituição da Escola Naval deu-se a partir da transferência da Escola de Guardas-Marinhas, instituída em Portugal em 1782, junto com a Família Real em 1808, para o Brasil. A formação de oficiais da Marinha exigia uma origem mais abastada do que a do Exército, a começar pela aquisição do enxoval necessário para o ingresso do aspirante na Academia de Marinha, segundo CASTRO (1995, p. 48).

De acordo com CARVALHO,

Durante o período imperial a marinha parece ter mantido um padrão mais alto de recrutamento do que o exército. Podemos encontrar, entre almirantes, filhos de importantes políticos. Como é o caso de Jaceguay, e de famílias nobres, como é o caso de Saldanha da Gama, bem como vários filhos de oficiais, principalmente da própria Marinha. No depoimento de um oficial desta arma, “a oficialidade da Marinha sempre foi, ao menos uma parte, das mais escolhidas da alta sociedade do Brasil”. (...) O pequeno número de oficiais desta arma e suas constantes viagens ao exterior, que exigiam maior cosmopolitismo, favoreciam e encorajavam a manutenção deste padrão superior de recrutamento (1978, p. 189).

Os alunos da Marinha sempre estiveram sob isolamento, pois sua Escola de Oficiais funcionou no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro, até 1839, a bordo de navios-escola – como a Fragata Constituição – entre 1867 e 1882, em Angra dos Reis ou na Ilha das Enxadas, que fora fechada entre 1893 e 1895 em decorrência do envolvimento do comandante da Escola na Revolta da Armada, o Almirante Saldanha da Gama e, finalmente, passou a funcionar em definitivo na Ilha de Villegagnon a partir de 1938. As localizações onde a Escola se instalou impunham um ambiente de formação embarcada, o que os impossibilitava de participarem ativamente das agitações políticas existentes, contribuindo na constituição de um comportamento diferente dos cadetes do Exército, cuja participação foi ativa, por exemplo, na época da instauração do regime republicano (VALE, 2002, p. 287-302 e CARVALHO, 1978, 161).

As atividades da Marinha do Brasil sempre estiveram diretamente voltadas ao exercício próprio da Força, como no patrulhamento do mar territorial. Não obstante, sua esquadra carecia de belonaves modernas que pudessem cumprir suas operações navais. Em 1910, com a aquisição de uma moderna esquadra naval, exigiu-se de sua

³ Esta pesquisadora anuncia-se como vinculada ao método “legoffiano” de análise e compreensão da história. No entanto, neste estudo o referencial teórico-metodológico, pelas características do objeto e da reflexão que se pretende realizar, baseia-se nos clássicos do pragmatismo educacional norte-americano.

⁴ Como descrito no resumo deste trabalho, as descrições das Escolas de Formação de oficiais militares brasileiros estão baseadas na pesquisa para o doutorado desta autora. Maiores detalhes são encontrados em OLIVEIRA [GODOY], 2004, p. 87-95.

oficialidade também uma adequação em sua formação para acompanhar os novos incrementos técnicos aplicados no sistema naval. Por isso, houve a necessidade de se contratar uma missão naval norte-americana para realizar as mudanças necessárias na Marinha nacional. Por outro lado, a influência clássica do emprego naval norte-americano “agravou sua perda de expressão diante do Exército na política nacional, que fora iniciada nos anos [18]90, com a revolta da Armada contra o governo de Floriano (FLORES, 1992, p. 47 – colchetes meus)”.

Quanto ao universo educativo existente na Escola Naval, podemos constatar que possui o objetivo de proporcionar elementos comportamentais em todas as esferas de atividades na organização das escolas castrenses e os mesmos correspondem à observância de uma instituição total. De acordo com GOFFMAN,

... O aspecto central das instituições totais pode ser descrito com a ruptura das barreiras que comumente separam essas três esferas da vida (dormir, brincar e trabalhar). Em primeiro lugar, todos os aspectos da vida são realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Em segundo lugar, cada fase da atividade diária do participante é realizada na companhia imediata de um grupo relativamente grande de outras pessoas, todas elas tratadas da mesma forma e obrigadas a fazer as mesmas coisas em conjunto. Em terceiro lugar, todas as atividades diárias são rigorosamente estabelecidas em horários, pois uma atividade leva, em tempo predeterminado, à seguinte, e toda a sequência de atividades é imposta de cima, por um sistema de regras formais explícitas e um grupo de funcionários. Finalmente, as várias atividades obrigatórias são reunidas num plano racional único, supostamente planejado para atender aos objetivos oficiais da instituição (1999 [1961], p. 17-18 – parênteses meus).

O cotidiano previamente estabelecido de realizar tarefas em grupo, em um sistema de internato, cujas próprias instalações físicas traduzem os objetivos comportamentais a serem incorporados pelos alunos, além dos aspectos típicos das relações entre os militares, zelosos da hierarquia e disciplina, também corroboram a afirmação de que uma instituição de ensino castrense, tal como as Escolas de formação de oficiais militares brasileiros das Forças Armadas, pode ser considerada uma instituição total. Como mais um elemento desta constatação, as atividades dos aspirantes são previstas desde a alvorada até o período de silêncio. Observa-se, portanto, que o dia-a-dia dos aspirantes é pré-determinado, mesmo os horários definidos como de descanso e alimentação, além daqueles destinados diretamente aos estudos, tanto em sala de aula quanto fora delas.

As instalações da Escola concorrem para a conformação de um ambiente próprio à Força naval: situada na Ilha de Villegagnon, na cidade do Rio de

Janeiro, as salas de aula estão dispostas de maneira a, pelas janelas, ter sempre a vista para o mar. Os alojamentos dos aspirantes, da mesma maneira, também apresentam este panorama, como o prédio da Biblioteca e das atividades esportivas. Assim, busca-se criar um ambiente de embarcação, familiarizando o aspirante, em sua rotina escolar, às condições que vivenciará em sua atividade como profissional militar da Marinha.

Tendo sido a ilha um antigo forte no período da colônia – a Fortaleza Nossa Senhora da Conceição de Villegagnon - a Escola preservou a parte antiga enquanto monumento histórico, como também o túnel e o portão do mesmo, além de apresentar o pátio e o Busto de Visconde de Inhaúma, o pátio e o Busto de Saldanha da Gama e outros símbolos da história da Escola, como o *brekelé* (ganso que teria marchado à frente dos aspirantes em uma parada militar nos anos 1960), dois exemplares de *jurupacas* (animal mitológico) como guardiões da Escola e os canhões ingleses encontrados em escavações realizadas para a construção da pista atlética em 1965 (FLORES, 1985, p. 365-377).

Somam-se, a todos esses elementos, a construção da Ponte de Escaleres sobre os cascos dos três primeiros submarinos adquiridos pela Marinha em 1914 e a garagem de barcos, estimulando a prática desportiva da vela, e de outras pequenas embarcações como elemento também educativo de convívio do aspirante com o mar. A organização física da Escola está atrelada à constituição do “espírito militar” (neste caso, da Força naval) necessário ao desempenho do profissional após a conclusão de seu curso de formação, conforme encontramos no trabalho de CASTRO (1990, *passim*). E a presença do monumento histórico tem por propósito reforçar as características comportamentais desejadas para esse desempenho.

3 O ESTUDO DA GUERRA NA FORMAÇÃO DA LIDERANÇA DA MARINHA DO BRASIL: O ENSINO DE HISTÓRIA NAVAL

A disciplina História Naval mantém um programa curricular com poucas modificações desde os anos 1990 até o ano de 2004 (BRASIL – HNV, 2002). Os conteúdos de História Naval são ministrados no quarto ano do curso de formação de oficiais do Quadro da Armada, Quadro de Fuzileiros Navais e Quadro de Oficiais Intendentes. Ressaltamos que a Escola Naval, tal como ocorre na AFA, possui corpo docente civil que ministra aulas das disciplinas de conhecimento tecnológico ou não-militar propriamente. Dessa maneira, o curso de oficiais da Escola Naval também compreende a disciplina de História Econômica, denominada Formação

Econômica Brasileira, ministrada por professor civil, e de geopolítica, denominada Relações Políticas do Mundo Contemporâneo, ministradas por oficiais militares formados na área. Ambas estão previstas no quarto ano, com carga horária de sessenta horas cada uma (BRASIL - FEB, 2001 e BRASIL - RPC, 2003).

No atendimento dessas necessidades de liderança, a transmissão dos conteúdos de História Militar na Escola Naval compreende um conhecimento técnico de navegação e de belonaves, que torna muito específica a formação necessária para ministrar as aulas de História Naval. A transmissão desse conhecimento corresponde diretamente às necessidades da profissão do oficial da Marinha, o que nos remete às afirmações de Carl Von Clausewitz no emprego da história como base à reflexão na arte da guerra, principalmente na guerra moderna, por conta do emprego de avanços técnicos nos armamentos que impõem um maior preparo ao militar.

A preocupação do homem no registro das realizações do passado com objetivos moralizantes na busca de um sentido para a existência humana ou na confirmação das estruturas de poder traduzem a imanência do homem como ser social e histórico, pois somos os únicos seres do planeta que possuem a noção de tempo e memória e, portanto, podemos transmitir nossas experiências e realizações para as gerações futuras. Transformamos e humanizamos a natureza e não somos simplesmente regulados por efeitos hormonais ou comportamentos puramente relacionados à garantia da sobrevivência de nossa espécie, assim demonstrado por Marc Bloch (apud LE GOFF, 1984, p. 162).

O enfoque pedagógico é direcionado ao desenvolvimento bélico naval e aos acontecimentos militares nos teatros marítimos, não contemplando a história dos Estados beligerantes e as causas das guerras, os aspectos políticos, econômicos e socioculturais a elas vinculados. A necessidade de uma experiência militar atrelada ao emprego da História no ensino da arte da guerra era verificada também por Clausewitz e é contemplada na Escola Naval da Marinha do Brasil no ensino de História Naval. Esse filósofo da guerra considerava que a divulgação da arte da guerra realizada por meio dessa abordagem conduziria à necessidade de o divulgador possuir longa experiência militar, associada ao conhecimento em história militar. Segundo ele defendia,

Seria infinitamente meritório ensinar a arte da guerra através do simples meio de exemplos históricos, conforme Feuquières se havia proposto, mas seria pelo menos necessário consagrar-lhe uma vida inteira se se pensar que aquele que levasse a efeito um tal trabalho teria de começar por adquirir uma longa experiência militar (CLAUSEWITZ, op. cit., p. 196).

Inferimos dessa argumentação que o filósofo compreendia a utilização dos exemplos do passado enquanto ferramenta direta da atividade militar enfocando-se a história militar como meio instrutivo direto para a arte da guerra. Contudo, torna-se imprescindível que seu emprego esteja associado, no ensino da arte da guerra, a uma experiência militar *real* para sua divulgação. Assim sendo, o conhecimento militar é considerado, na concepção de Clausewitz, como autorreprodutivo, pois seus componentes possuem a experiência militar e devem buscar o conhecimento dos exemplos da história para fundamentar seu ensino.

4 O ENSINO DE HISTÓRIA MILITAR E O ESTUDO DA GUERRA NA AMAN

Representando a Força politicamente mais importante e mais numerosa do Brasil, o Exército sempre denotou grande relevância à formação de seus quadros, principalmente de sua liderança. A Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) foi estabelecida em 1944 na cidade de Resende e consolidou os princípios de preparo com forte conotação dogmática e moral, advindos da Reforma de José Pessoa nos anos 1930, quando a Escola Militar ainda se localizava em Realengo, na cidade do Rio de Janeiro. Esse comandante antecipou a escolha do ninho de formação da oficialidade do Exército naquela cidade quando definiu o estandarte e o brasão do Corpo de Cadetes tendo ao fundo a imagem do pico das Agulhas Negras, na época considerado o pico mais elevado do país, de acordo com CASTRO (2002, p. 43-44).

O fato de se escolher uma cidade no interior do estado correspondia às intenções de se isolar os cadetes para que não se imiscuissem em questões políticas, como era prática enquanto estavam na Praia Vermelha e no Realengo: “A nova localização teria a vantagem de retirar ‘a mocidade do contato das agitações políticas e das seduções altamente prejudiciais dos grandes centros’ e que em Resende seria possível ‘forjar uma nova mentalidade, um corpo homogêneo de profissionais, e criar, parafraseando o General Von Der Goltz, uma verdadeira aristocracia física, intelectual e moral’”. Assim sendo, possibilitar a formação de um comportamento profissional clássico de caráter elitista (CASTRO, 1990, p. 131).

A Força terrestre brasileira demonstra grande importância à sua história institucional e, como apresentaremos em seu histórico sucinto, muitas vezes correlaciona sua existência à própria formação da nação brasileira. Não obstante, temos de afirmar a grande presença dos militares do Exército na história da República brasileira, tanto no seu processo de instauração

quanto nos movimentos de contestação à ordem política e social existente no país em vários momentos do século XX, culminando em seu efetivo exercício de governo durante o período de 1964 a 1985, com o Regime Militar.

4.1 TRAJETÓRIA DA ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO E DE SUA ACADEMIA DE FORMAÇÃO

Devido ao fato de o Brasil ter sido colonizado por um país europeu, que mantinha forças militares regulares para a conquista e a preservação de seu império colonial, como é o caso de Portugal, sem dúvida, na consolidação do Estado autônomo brasileiro, foram preservados traços das instituições militares portuguesas na estrutura das Forças Armadas brasileiras. Assim sendo, a construção do ideário militar brasileiro após a independência seguiu uma trajetória própria, acrescentando outros aspectos em relação ao legado português sem, contudo, anular sua influência, conforme encontramos em SCHULZ & CAMPOS (1974, p. 235).

O processo de independência do Brasil não ocorreu por meio de uma ruptura radical, nem se deu com lutas de emancipação como as que formaram as bases dos exércitos dos Estados Unidos e dos países latino-americanos, no século XIX, como afirma DOZER (1966, p. 15).

No caso do Exército, o processo de sua identidade enquanto Força regular de um Estado autônomo deu-se de maneira peculiar. Como não ocorreram lutas no processo de emancipação do Brasil, o corpo de militares do Exército não contou com representantes heroicos da causa da liberdade nacional, como ocorrera nos outros países latino-americanos. CARVALHO afirma que

O fato de que a independência do Brasil se tenha verificado sem grandes lutas e sem grande mobilização militar da população fez com que se preservasse aqui a estrutura do exército português. Nos países em que o processo de independência exigiu lutas mais prolongadas, grande número de pessoas foram incorporadas às forças armadas em todos os escalões, democratizando-as de certo modo, reduzindo seu nível profissional e tornando-as instrumento fácil de manipulação política. O fenômeno do caudilhismo, ausente no Brasil, tem neste fato uma de suas causas (1978, p. 185).

A Escola Militar do Exército foi instaurada em 1810 por D. João com a denominação de Real Academia Militar, apresentando forte influência europeia da época, seguindo os exemplos vindos da criação das academias militares da Prússia, da França e também sob influência da Escola Militar dos Estados Unidos, somada à intenção joanina de criar escolas de ensino superior no Brasil, que atenderia à demanda da transferência da Corte portuguesa para a então colônia,

desde 1808, de acordo com SCHULZ & CAMPOS (op. cit., p. 238).

O ensino da Academia Militar da Praia Vermelha mantinha sua característica voltada ao ensino escolástico com forte influência positivista, semelhante à formação recebida nas faculdades de direito e medicina no Império e em boa parte do período republicano (ibid., p. 246). Desde a instauração da Real Academia Militar, já se compreendia o ensino de História Militar com o propósito utilitário na transmissão do conteúdo e na busca de exemplos a seguir por meio do conhecimento dos feitos realizados pelos vultos heroicos militares: “Além dessas disciplinas, admitia-se mais o ensino da História Militar, a ser ministrado num oitavo ano, no qual se daria ‘uma ideia dos maiores generais nacionais e estrangeiros e também dos planos das mais célebres batalhas’ (MOTTA, 1998 [1976], p. 23)”.

A formação com base na Escola Militar concorreu para uma profissionalização meritocrática do Exército, a partir das reformas ocorridas na década de 1850, representando um “divisor de águas” no sistema de promoções na carreira, que se acentuou após os anos 1870, garantindo a possibilidade, pelo mérito, de que seus quadros oficiais fossem compostos de membros que não pertenciam à elite dominante brasileira, de acordo com CASTRO (1995, p. 43).

Ao final da Primeira Grande Guerra e com a derrota do Império Alemão, o ministro da Guerra Pandiá Calógeras efetivou um convênio com a Missão Militar Francesa, empregada inicialmente por elementos da Aviação, mas com o propósito de estender o contrato na organização e modernização do Exército Brasileiro: “Não se tratava mais de somente desenvolver a Aviação, porém, num trabalho de incomparável amplitude, reorganizar todo o Exército, atualizando-o, incorporando-lhe os novíssimos ensinamentos de que eram portadores os vitoriosos da Primeira Guerra Mundial (BASTOS F.º, 1983, p. 67).

As reformas militares realizadas pela Missão Francesa no Brasil tornaram o Exército mais cioso de sua importância política, que passou a ter uma melhor definição dos regulamentos que regiam seus componentes, além de um maior conhecimento das necessidades estruturais da sociedade na conformação do projeto de defesa, garantindo a soberania do país por meio do desempenho profissional de suas Forças Armadas, e aquelas reformas possibilitaram o engajamento dos militares no processo de industrialização do Brasil com o propósito de estabelecer um parque industrial bélico nacional administrado pela Força terrestre, segundo BASTOS F.º (*Ibid.*, 135-140).

O caráter disciplinar foi reforçado, criando o Corpo de Cadetes, em 25 de agosto de 1931, com Regulamento

próprio que indicava os procedimentos dos cadetes na inserção de uma entidade coletiva. A reutilização do tratamento dos alunos da Escola Militar como cadetes também serviria para acentuar um sentido de elite aos ingressantes, refletindo a consideração da oficialidade militar enquanto especial (CASTRO, 1990, 42 e 44-45).

A adoção de símbolos mostra-se significativa. Como exemplos podemos citar a definição de diferentes uniformes para cada ocasião do cerimonial militar, o recebimento do espadim como símbolo de incorporação ao Corpo de Cadetes no início do curso e sua devolução ao final para recebimento da espada de “Caxias”. Esse último considerado ícone exemplar aos jovens militares. Junta-se a culminância, após aquele período, da transferência da escola para Resende, cidade do interior do Rio de Janeiro, localizada no Vale do Paraíba e arraigada às tradições antigas do período da cafeicultura na região e afastada do grande centro como forma de isolar os cadetes. Tudo isso concorreu para atender ao anseio de se formar um oficial mais profissionalizado na arte militar e menos arraigado às questões político-partidárias do país (ibid., p. 43-47)⁵.

A determinação de uma simbologia extraída das tradições militares desde os primeiros anos de formação do oficial, traduzida como reforço pedagógico na formação de um profissional mais arraigado às características de uniformidade, apegado às tradições históricas (mesmo que as mesmas não correspondessem necessariamente à história do país) e mais cômico de seu ofício militar representou, também, uma maneira de condicionar melhor aquele profissional à prática da arte da guerra e menos aos rumos políticos do país. E a história serviu como fundamento para forjar um sentido de perenidade à Força e de uma nação estável e desenvolvida.

Uma das características centrais dos processos de criação de novas tradições é justamente a tentativa de se estabelecer continuidade com um passado histórico considerado apropriado. (...) Lançava-se âncora num passado remoto, atribuindo estabilidade à instituição que deveria ser, como visto, a “ossatura da nacionalidade”, o que José Pessoa considerava essencial para superar as instabilidades do presente (ibid., p. 48).

Os acontecimentos relacionados à Segunda Guerra Mundial foram decisivos também na constituição desse processo, além de o Exército Brasileiro ter a oportunidade de realizar seu segundo batismo de fogo, dessa vez no teatro europeu, como Força Expedicionária

inserida no 5º Exército norte-americano em uma experiência real na guerra de alta tecnologia.

A concepção de emprego das Forças Militares durante a Segunda Guerra Mundial modificou a doutrina militar brasileira. Em 1938, a Missão Francesa saíra do país e, com a participação da FEB no teatro italiano junto aos Estados Unidos, a mudança doutrinária para a ofensiva e a utilização do aparato militar em manobras de movimentos ocupou o lugar do posicionamento defensivo existente no país até 1940, conforme encontramos na obra de RODRIGUES (1994, p. 39). Todavia, as raízes profundas de uma sociedade agrária e atrasada, cuja maioria da população ainda vivia na zona rural em precaríssimas condições, não permitiram organizar facilmente Forças militares que pudessem fazer frente à máquina de guerra dos países europeus.

A experiência real dos militares brasileiros na Europa garantiu-lhes um fundamento de legitimação de seu papel na nação e representou a aproximação definitiva do Brasil aos Estados Unidos, o que determinou, nos anos 1950, uma influência significativa estadunidense em sua doutrina de emprego na segurança nacional.

Os programas curriculares da AMAN sofreram mudanças para acompanhar o desenvolvimento técnico empregado na Força. Entretanto, não houve mudanças significativas no que se refere ao moral e civismo do profissional militar, à valorização de símbolos e ao enaltecimento dos vultos heroicos do Exército Brasileiro. O processo de ensino-aprendizagem efetivado na AMAN estava embasado na pedagogia tradicional, de acordo com o documento constituído pelo Comando do Estado-Maior do Exército, em 1995:

... Mas o que ocorre é que as práticas educacionais, os currículos, a programação escolar, em decorrência da própria tradição, estão voltados para o conteúdo e para o desenvolvimento de objetivos cognitivos relacionados apenas com os assuntos das matérias curriculares. (...)

O desenvolvimento da capacidade de integrar conceitos, da adaptabilidade, da iniciativa, da cooperação exige, pela própria natureza desses atributos, procedimentos muito diferentes daqueles que tradicionalmente as escolas têm utilizado (no caso, as escolas militares) para a consecução de objetivos educacionais relacionados a conteúdos das disciplinas do conhecimento humano (BRASIL – Ministério do Exército, 1995, p. 74 – parênteses nossos).

Compreendemos, nesta pesquisa, o tradicionalismo pedagógico castrense brasileiro segundo a tendência liberal tecnicista, assim definidas por LIBÂNEO:

⁵ As reformas de José Pessoa foram bem sucedidas e se mantêm até os dias de hoje, tendo inspirado, quando da formação da Força Aérea Brasileira, a Escola de Aeronáutica e a atual Academia da Força Aérea. Os símbolos tradicionais adotados a partir da reforma serviram na impressão de um comportamento mais uniforme dos oficiais militares e os mesmos, inspirados na tradição militar europeia, são considerados no meio castrense brasileiro como cerne da tradição do país. No entanto, foi a partir desta reforma de José Pessoa que se sistematizou esta simbologia e corpo de procedimentos cerimoniais, cuja influência da Missão Militar francesa foi marcante (ibid., p. 47-48).

Num sistema social harmônico, orgânico e funcional, a escola funciona como modeladora do comportamento humano, através de técnicas específicas. A educação escolar compete organizar o processo de aquisição de habilidades, atitudes e conhecimentos específicos, úteis e necessários para que os indivíduos se integrem na máquina do sistema social global. (...)

... O professor é apenas um elo de ligação entre a verdade científica e o aluno. (...) Ambos são espectadores frente à verdade objetiva (1986, p. 29-30).

Alguns aspectos pedagógicos tradicionais se mantêm; no entanto, o documento “Fundamentos da Política Educacional para o Exército Brasileiro – Ano 2000”, propugnava a necessidade de mudanças na estrutura curricular e nas práticas pedagógicas nas Escolas do Exército em geral e, em particular, na AMAN, para que percebesse a formação de um profissional militar melhor preparado no enfrentamento dos desafios do terceiro milênio (BRASIL – Ministério do Exército, op. cit., p. 74-80).

4.2 APRESENTAÇÃO DA ACADEMIA DAS AGULHAS NEGRAS - AMAN

Assim como encontramos traços educativos nas instalações da Escola Naval, no caso da Academia do Exército, estes traços também são evidenciados, conforme pudemos observar em nossa visita à AMAN, realizada no dia 12 de maio de 2004. A consideração de uma Força que traduz o sentido de grandeza da nação, pilares do patriotismo e do sacrifício em nome da mesma, é verificada na majestosa entrada da AMAN, com seu Portão Monumental, uma grande alameda bem cuidada, ostentando no jardim o símbolo do Exército (a Estrela) e o Pico das Agulhas Negras ao fundo.

A academia mantém pátios que mencionam nomes em homenagem aos ícones do Exército (Pátio Ten. Moura, Pátio Mal. Mascarenhas de Moraes), “retões” com canhões antigos e salões repletos de símbolos históricos, como a Ala Histórica e a Sala de Armas Antigas. Cultiva a existência de brasões, armaduras e meios bélicos no interior das instalações e a manutenção da antiga biblioteca do período da construção da Academia, que possui títulos trazidos das bibliotecas das antigas instalações na cidade do Rio de Janeiro, muitos deles raras fontes historiográficas militares, além da atual Biblioteca Acadêmica (que se encontrava vazia quando por lá passamos, mas era no período destinado às aulas presenciais). Todo o ambiente inspira grandeza e orgulho de seus componentes em pertencerem à Força terrestre do Brasil, que encontramos correspondência na descrição de HUNTINGTON com relação a West Point:

...O lugar está inundado de ritmo e harmonia, que aparecem quando a vontade coletiva suplanta o capricho individual. West Point é uma comunidade de objetivo estruturado, uma comunidade na qual o comportamento das pessoas é governado por um código, o produto de gerações. Há pouco espaço para a presunção e o individualismo. A unidade da comunidade não incita nenhum homem a ser mais do que é. Na ordem está a paz; na disciplina, a realização; na comunidade, a segurança (1996 [1957], p. 490).

A linguagem pedagógica manifestada nas instalações da Academia refere-se ao universo do Exército. Dessa maneira, os cadetes estão inseridos no Corpo de Cadetes, as turmas são divididas em pelotões, o apoio à Academia é baseado no Batalhão de Comandos e Serviços, composto de Companhias, enfim, os termos empregados no convívio dos discentes no interior da AMAN estão vinculados à organicidade de um ambiente de combate, familiarizando os cadetes não somente aos exercícios diretos às instruções militares, mas também ao controle ostensivo de componentes da Academia no cotidiano escolar para isso. Essa realidade busca efetivar a mudança do comportamento dos internos, nesse caso, os cadetes da AMAN, de acordo com as necessidades pedagógicas previstas. Segundo GOFFMAN,

Quando as pessoas se movimentam em conjuntos, podem ser supervisionadas por um pessoal, cuja atividade principal não é orientação ou inspeção periódica (tal como ocorre em muitas relações empregador-empregado), mas vigilância – fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros (1999 [1961], p. 18- parênteses do autor).

O direcionamento dado ao ensino de História Militar do Brasil tem o propósito de transmitir um conhecimento moralizante, pois o oficial divulgará em seu desempenho como líder as versões da história oficial da instituição. Como a preocupação incide no trato com o elemento humano da Força e na maneira como se constitui o aprendizado para servir depois de subsídio moral no comando das tropas, o ensino de História compreende a tarefa de construir um conhecimento cívico do país e da Força de maneira positiva e contundente para não gerar desvios morais e questionamentos que não correspondessem a ações fundamentadas, na certeza do papel que cada futuro oficial deve exercer como militar profissional e líder.

A preocupação dogmática verificada no ensino de História Militar do Brasil corresponde ao fato de o oficial do Exército trabalhar em equipe (sempre comanda, pelo menos, cinquenta homens em um pelotão de subordinados) e este exercício de doutrinação deve estar bem sedimentado em sua formação na AMAN. Para

isso, a história tem um propósito bem estabelecido no princípio moralizante, não contrariando as concepções da história oficial da Força e de como a instituição considera o desempenho de seu papel na sociedade brasileira em seu dever.

Então, é no preparo dos líderes militares ao exercício de comando de soldados, para proporcionar condições morais positivas ao combate a seus comandados, que se conduz o estudo da história militar e das guerras: na busca de lições e de exemplos das experiências extraídas do passado por meio da constituição de mitos no enaltecimento das ações de seus ilustres comandantes.

O fato de se utilizarem apenas oficiais militares como agentes educadores na AMAN, suprimindo a presença de civis na docência; a consideração de que o oficial superior, por ter o curso de Estado-Maior possui plena capacidade e conhecimento para ministrar aulas de História Militar; a definição do perfil profissiográfico e a condução do ensino na consecução deste perfil, formatando o futuro oficial num sentido dogmático (e declarado) no processo estabelecido na AMAN determinam as características básicas de um pensamento histórico comprometido e direcionado na difusão da versão institucional da História Militar e do Exército.

5 A ORGANIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE AVIAÇÃO MILITAR NO BRASIL

Curiosamente, o Brasil possui em sua história personalidades vinculadas a projetos aeronáuticos, desde o século XVIII, com o padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão, que construiu um pequeno balão de ar quente, demonstrando ser possível voar com um artefato mais leve que o ar. No século XIX, Júlio César Ribeiro de Souza construiu e testou seus balões dirigíveis na França nos anos 1880, além de publicar um estudo acerca da trajetória de voo dos pássaros. Entretanto, o mais ilustre e inventivo dos brasileiros foi Alberto dos Santos Dumont, com seus balões e dirigíveis, construídos na França no final do século XIX, conferindo-lhe o prêmio *Deutsch* em 1901 por sua façanha de contornar a torre Eiffel e culminando em sua notável contribuição na aeronáutica, com os aviões 14-BIS e *Demoiselle*, entre 1906 e 1908, demonstrando a capacidade de voar com um veículo mais pesado que o ar por meios próprios, com motores a propulsão (BRASIL, INCAER, vol. 1, 1988, p. 283-345)⁶.

Todos estes nomes, no entanto, não representaram uma inclinação político-institucional para projetos

aeronáuticos, desenvolvimento da indústria da aviação no país desde o início do século XX e nem incremento avançado nesta área, por motivos claros: mesmo Santos Dumont teria realizado suas invenções e apresentações fora de seu país de origem e o Brasil não possuía uma estrutura produtiva fabril para desenvolver a aviação, realidade que se consolidará somente nos anos 1950, com a EMBRAER. Mesmo assim, nos anos 1910 houve algumas iniciativas na aquisição de aeronaves para fins militares e a organização de Escolas de Aviação, tanto do Exército quanto da Marinha, mas por falta de verbas e de uma política sólida que justificasse a manutenção de uma aviação militar, estas Escolas, entre 1912 e 1919, funcionaram de maneira intermitente (ibid., p. 393-417).

A criação da Escola de Aviação Militar, em 1919, no Campo dos Afonsos, foi efetuada com a Missão Francesa de Aviação. Segundo BASTOS F.^o, os oficiais franceses encaminharam a instrução aérea no sentido técnico e começou praticamente do nada para a organização da Escola, o que imprimiu os aspectos administrativos próprios da doutrina militar francesa, conforme afirmação do texto abaixo:

A Missão da Aviação veio criar a Arma aérea. Tudo estava por fazer; da Escola, no Campo dos Afonsos, à organização dos serviços aeronáuticos do Exército. Tal quadro nos permite admitir que os franceses, em seu trabalho, fizeram prevalecer suas técnicas e princípios administrativos. (...) Nestas condições ela nasceu e se desenvolveu como Arma efetiva; em curto tempo cresceu o suficiente para, juntando-se à Aviação da Marinha, dar origem à Força Aérea Brasileira (1983, p. 99).

Por isso, não é difícil depreender a forte influência organizacional e doutrinária que a Missão Francesa exerceu na Aviação do Exército.

Enquanto emprego da Aviação Militar em combate, mesmo antes da influência francesa de contenção a um inimigo interno, verificamos a aplicação de dois aviões contra os sertanejos do Contestado, entre 1914 e 1915, em missões de reconhecimento e de ataque, o que levou à primeira baixa de um militar em combate na aviação motorizada: o Ten. Ricardo Kirk, segundo LAVENÈRE-WANDERLEY (1976 p. 38-40). Apesar de ter havido a participação de componentes da Aviação Militar do Exército na Revolução de 1922 (sendo o então Tenente Eduardo Gomes um dos sobreviventes dos “18 do Forte”), o emprego de aviões para reconhecimento ocorreu nas Revoluções de 1924 e de 1930. No entanto, o maior empenho em combate ocorreu na Revolução Paulista de 1932, em que o Campo de Marte foi ocupado por rebeldes da causa de São Paulo. Além disso utilizaram aeronaves civis para atacar posições das Forças legais do

⁶ Estas informações foram coletadas em uma série de fontes, dentre elas, podemos destacar SANTOS (1989), LORCH & FLORES Jr. (1994), LAVENÈRE-WANDERLEY (1975) e SEGRELLES (1962).

Exército. Estes últimos empregaram a aviação militar do Exército e a Naval, empregou o Grupo Misto da Aviação, com o mesmo propósito, os chamados na época de “vermelhinhos” (BRASIL, INCAER, vol. 2, 1990, p. 343-344 e p. 346-348).

Com a saída da Missão Francesa do Brasil em 1938 e com a influência doutrinária de guerra de movimentos adquirida dos Estados Unidos durante a Segunda Guerra Mundial pela participação da FEB no teatro italiano, juntamente com o aparato bélico mais avançado e a aquisição das aeronaves militares para a formação do 1º GAVCA (Grupamento de Aviação de Caça), de treinamento para combate adquiridos com os norte-americanos, estabeleceu-se uma influência definitiva nas organizações militares brasileiras no emprego autônomo da Força Aérea. No entanto, a participação do Brasil numa guerra de alta tecnologia, cujos militares possuíam um preparo militar mais tradicional, fez emergir a discrepância das condições humanas e materiais do país em relação a seus aliados ou adversários e, segundo MAXIMIANO,

Pelo nível de despreparo de muitos dos soldados da FEB, uma boa parcela de culpa pode ser atribuída à situação do Exército Brasileiro na época que, por razões obscuras, não foi capaz de fornecer em curto prazo material humano de qualidade satisfatória em quantidade suficiente, levando em consideração que a defesa do território nacional havia começado a ser planejada em 1942! (1995, p. 18).

O emprego do Grupo de Caça da FAB na Itália, no cumprimento de missões de bombardeio estratégico para a destruição de pontes, centros de comunicações e transportes inimigos demonstra que a doutrina de guerra de posições, cujo papel da Aviação era o de somente realizar missões auxiliares às Forças Naval e terrestre, foi modificada para a efetivação de uma guerra de movimentos e de tecnologia, numa concepção doutrinária própria da Força Aérea.

Nos anos 1950 e 1960, o Brasil investiu em uma infraestrutura que pudesse dar suporte ao desenvolvimento da aviação civil e militar no país, à construção de aeroportos e ao incremento de seu sistema de vigilância do espaço aéreo, que tem como objetivo, também, o controle do tráfego aéreo civil. Nos anos 1960, o aumento significativo do tráfego aéreo nos arredores da cidade do Rio de Janeiro comprometia as atividades de instrução aérea dos cadetes da Escola de Aeronáutica. Assim, segundo folheto informativo institucional da AFA, após estudos realizados em várias regiões, a Força decidiu transferir a Escola para o interior de São Paulo, onde já havia uma fazenda do Ministério da Aeronáutica. A cidade escolhida foi Pirassununga, que também apresentava excelente topografia para

a construção de aeródromos e condições climáticas favoráveis em quase todo o ano, que corresponde ao chamado “céu de Brigadeiro”, conforme encontramos no folheto informativo institucional dessa Academia (BRASIL - AFA, 1996, p. 4).

A partir de 1969, portanto, iniciou-se a transferência das turmas para realizarem o quarto ano em Pirassununga, que até aquele ano contou com um grupo precursor de formação de pilotos, e passou a ser denominada Academia da Força Aérea Brasileira – AFA. O processo de transferência efetivou-se completamente em 1974, quando os quatro anos de formação passaram a ser realizados na AFA.

5.1 APRESENTAÇÃO DA AFA

Sendo a Força mais recentemente organizada do país, a Força Aérea Brasileira apresenta algumas peculiaridades em seu perfil profissional e em sua Escola de formação. Como foi majoritariamente organizada a partir do Exército, que mantinha um efetivo de Aviação Militar maior que a Marinha, a estrutura organizacional de seus quadros, a nomenclatura castrense empregada e os aspectos pedagógicos existentes em sua Academia militar aproximam a AFA da AMAN, se bem que com traços específicos de uma Força Aérea. Assim, até mesmo as patentes são idênticas às dos militares da Força terrestre, bem como, em sua Academia, a existência de um Corpo de Cadetes, a efetivação de atividades vinculadas ao Corpo, a maneira de tratamento entre os cadetes, suas funções administrativas e de serviço, todos estes elementos são muito próximos daqueles existentes no dia-a-dia do cadete da AMAN.

A construção do conjunto de prédios que abriga a AFA espelha o modelo arquitetônico dos anos 1960, com salas de aulas enormes dispostas em degraus, a plataforma do instrutor ou docente em patamar elevado, corredores bem largos e tudo em concreto armado. Existe um extenso corredor com pilares que sustentam os denominados paraboloides, ligando o conjunto de prédios da Divisão de Ensino, e que perpassa pelo Auditório (Cinema). O Comando da AFA está localizado nos fundos desse Auditório. Os refeitórios militares, denominados no jargão castrense de “ranchos”, são divididos por antiguidade: o refeitório dos oficiais e servidores assemelhados (os docentes, por exemplo), o dos cadetes, dos suboficiais, sargentos e cabos e, finalmente, o refeitório dos soldados, próximo ao conjunto de prédios e pátio do Corpo de Cadetes.

Existe a preocupação de apresentar elementos educativos em várias regiões da AFA, que ocupa extenso território, contando ainda com dois aeródromos e

prédios adjacentes, a torre de controle do espaço aéreo, os hangares e hangaretes das aeronaves e salas de instrução dos respectivos Esquadrões de Instrução Aérea (EIA). Aviões antigos nos pátios e em pontos estratégicos próximos aos prédios, frases de reforço moral militar inscritas nas paredes do pátio da Divisão de Ensino, na entrada do refeitório dos oficiais, nos corredores dos parabolóides e nos prédios do Corpo de Cadetes, além das denominações próprias das seções, aspectos também observados na Escola Naval e na AMAN, têm o propósito de constituir um ambiente educativo e cultural da Força Aérea.

Uma das peculiaridades desta Força é o risco inerente à prática do voo, que concorre, possivelmente, para atrair candidatos com perfil mais arrojado e com certo gosto pelo perigo. Sem dúvida, não se pode generalizar esta característica, mas, certamente, levando-se em consideração o fato de que a FAB (e a AFA) apresenta o maior número de baixas em circunstâncias de paz, decorrentes de acidentes aeronáuticos, a existência do risco e a afinidade necessária para conviver nesse cotidiano concorrem para que o perfil do oficial aviador (e do cadete) seja mais flexível.

Ainda podemos considerar o fato de que a Força Aérea possui uma dinâmica própria em sua concepção doutrinária, traço mais marcante do que nas outras Forças. Segundo SANTOS, o vínculo dos vetores aéreos ao vertiginoso desenvolvimento tecnológico a eles empregado faz com que sua concepção doutrinária em operações militares apresente maior adaptabilidade: “Os artefatos eletrônicos assumiram extrema prioridade neste campo, levando a aviação, cada vez mais, a afastar-se da arte e concentrar-se no âmbito da ciência, e condicionando os membros da tripulação a se transformarem em gestores inteligentes de *sistemas* (1989, p. 144-145 – realce do autor)”.

Além disso, o ambiente tridimensional das operações aéreas concorre para a necessidade de oficiais militares mais versáteis na aplicação das múltiplas perspectivas de emprego, pela inexistência de obstáculos naturais ou barreiras físicas. A *Doutrina Aeroespacial* da Força Aérea Brasileira define como características da Força Aérea estes fatores:

A Força Aérea possui características marcantes que a tornam mais versátil componente do Poder Militar. Essas características podem permitir à Força Aérea reações rápidas contra qualquer tipo de objetivo, em qualquer local no raio de ação dos seus vetores. Permite dispersar no solo ou em voo e concentrar-se sobre o objetivo, vindo de diferentes direções. Permite atacar alvos distantes, apoiar forças de superfície e controlar o espaço aéreo, empregando os mesmos elementos básicos de modo simples e coordenado (BRASIL – DCA 1-1, 2005, p. 23).

Assim sendo, o contexto de aplicação dos meios aéreos e a própria consideração institucional de flexibilidade e adaptabilidade doutrinária da Força compõem um ideário de guerreiro aéreo, historicamente imbuído de um charme que podemos observar nas descrições dos “ases” da Primeira Guerra Mundial, como Von Richthofen, o “Barão Vermelho”, e Rickenbacker, que é diferente de seus pares da Força terrestre e naval (SANTOS, op. cit., p. 25-26).

5.2 O PAPEL FORMADOR DE HISTÓRIA MILITAR NA AFA

O ensino de História Militar na AFA não foge muito aos moldes pragmáticos observados nas outras Escolas militares já descritas. Em um dos objetivos gerais de História Militar 1 temos o de “valorizar a importância do estudo da História, em especial da História Militar, para o aprimoramento individual e profissional nas diversas fases da vida militar (BRASIL-AFA, 2008: 1). Mesmo sendo administradas as disciplinas por docente civil e, há quinze anos, por mim, o utilitarismo presente nas atividades escolares, circundado por um ambiente controlado, com muitas aulas (dez por dia, contando-se o treinamento físico), o pernoite, e as outras funções administrativas existentes no Corpo de Cadetes, as condições objetivas impostas por este cotidiano torna o cadete um aluno que deseja a transmissão do conhecimento o mais esmiuçado possível, com material didático que aponte o que pode ser cobrado em circunstância de prova (o tão aclamado “bizu” para a prova), de maneira a que ele consiga um desempenho positivo nas avaliações e que garanta uma classificação para promovê-lo às unidades de interesse (no caso da Aviação, ao tipo de avião a ser pilotado) no final do curso e no decorrer de toda sua carreira, já que a classificação auferida quando se forma na AFA o acompanha em toda sua vida profissional.

Sem dúvida o fato de a docente ter uma postura filosófica e metodológica do ensino de História em que tece maiores questionamentos quanto às fontes utilizadas como material didático, o emprego de documentários de época e de filmes que tratam dos temas das guerras que compõem o currículo escolar, possibilita um aprendizado peculiar, se comparado à abordagem da História Militar na Escola Naval e na AMAN. No entanto, as limitações de tempo e espaço educativos e o comprometimento profissional de contemplar os conteúdos previstos pelo Departamento de Ensino da Aeronáutica, desde a história da guerra do século XX e a formação do poder militar brasileiro nos séculos XIX e XX, condicionam o ensino de História Militar na AFA a um formato

tradicionalista, conteudista e utilitário na busca de um conhecimento que se espera dos próprios discentes ser infalível e dotado de lições práticas no exercício de sua atividade militar futura.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encerrando este pequeno estudo acerca do ambiente escolar construído e dotado de valores, objetos com relevância educativa e histórica de cada Força, organização deliberada dos elementos tanto físicos, como os prédios, a disposição dos bustos, armas, esculturas e flâmulas, quanto das práticas pedagógicas, do ambiente educativo pré-determinado, da incorporação de jargões e da fraseologia próprias de cada Força, este trabalho pretendeu apresentar todo um universo peculiar e restrito ao público de uma maneira geral. Por isso mesmo, pode-se considerar as instituições de ensino castrense de formação da liderança fascinantes. Conhecê-las contribui para o entendimento da transmissão cultural e melhor compreensão do desempenho que este profissional considera que deve ser exercido na sociedade brasileira, desde sua vivência cotidiana nas Escolas de formação de oficiais militares brasileiros.

A constituição dos saberes pautados na história é evidente no ensino castrense, onde não apenas na divulgação dos conteúdos de História Militar são

presentes, mas também nos corredores, pátios e alojamentos nos quais os discentes militares circulam, convivem, realizam seus treinamentos e absorvem seus conhecimentos múltiplos. Não é somente no momento e espaço da sala de aula junto ao instrutor ou professor de História que se pretende ensinar a cultura militar, lembrar seus grandes heróis e feitos do passado, ou constituir um comportamento típico de cada Força, com base no estudo do passado pautado na atividade da guerra. É todo um conjunto de linguagens cotidianas deliberadas para influenciar seus discentes e forjar nos futuros líderes das Forças Armadas brasileiras o perfil, a conduta e a maneira de pensar das instituições militares.

Toda esta estrutura educativa concorre para a constituição de um ambiente de constante forjar comportamental e moral do futuro oficial de cada Força. Neste aspecto é que se observa o utilitarismo do trato com a história oficial, a transmissão positiva, facilitadora e categórica da realidade militar por meio das imagens, das instalações, das frases morais ou “frases-conceito”, denominação dada pelo Corpo de Cadetes da Aeronáutica, dos vultos heroicos que devem servir de inspiração aos jovens discentes, a um tratamento pragmático tanto naquilo que se deve aprender quanto nas condições objetivas que se impõem nos contornos das Escolas de formação da oficialidade militar brasileira.

REFERÊNCIAS

ACADEMIA DA FORÇA AÉREA, **Fotos**. Disponível em: <<http://www.afa.aer.mil.br/fotos/cadete/fotos.htm>>. Acesso em: 16 dez. 2010.

AMAN: Academia Militar das Agulhas Negras. [Internet]. [Rio de Janeiro]: Divisão de Tecnologia da Informação. Disponível em: <<http://www.aman.ensino.eb.br>>. Acesso em: 21 nov. 2010.

BASTOS F.^o, Jayme de Araujo. **A Missão Militar Francesa no Brasil**. Brasília-DF: SENAI, 1983.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Pátria, Civilização e Trabalho** – O ensino de História nas Escolas Paulistas (1917-1939). Orientação de Raquel Glezer. Dissertação de Mestrado, São Paulo: FEUSP, 1988.

BOGDAN, Robert C. e BIKLEN, Sari K.. **Investigação Qualitativa em Educação** – uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BUENO, Eduardo. **Brasil: uma História**. Cinco séculos de um país em construção. São Paulo: Leya Editora, 2010.

BRASIL. Exército Brasileiro, Estado-Maior do Exército. **A Política Educacional para o Exército Brasileiro: Ano 2000: fundamentos**. Brasília/DF: Ministério do Exército e Estado-Maior do Exército, 1995. 48 p.

_____. Força Aérea Brasileira, Academia da Força Aérea. **Ninho das Águias**. Pirassununga-SP: AFA, 1996.

_____. Força Aérea Brasileira, Comando da Aeronáutica. **Doutrina Aeroespacial (DCA 1-1): Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira**. Brasília-DF: Comando da Aeronáutica, 2005.

_____. Força Aérea Brasileira. Academia da Força Aérea. **Programa de Unidades Didáticas de História Militar 1**. Pirassununga-SP: AFA, 2008.

_____. Marinha do Brasil, Escola Naval. **Programa de Formação Econômica Brasileira (FEB) – Sumário**. Rio de Janeiro: Escola Naval, 2001.

_____. Marinha do Brasil, Escola Naval. **Programa de História Naval (HNV) – Sumário**. Rio de Janeiro: Escola Naval, 2001.

_____. Marinha do Brasil, Escola Naval. **Programa de Relações Políticas do Mundo Contemporâneo (RPC) – Sumário**. Rio de Janeiro: Escola Naval, 2003.

CARR, E. H.. **Que é a História?** Trad. Ana Maria P. D. da Rocha. Lisboa: Gradiva Ed., 1986 (Coleção Construir o passado, vol. 1).

CARVALHO, José Murillo de. As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador. In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 2 ed., Rio de Janeiro / São Paulo: DIFEL, 1978, p. 181-234. (Tomo III, v. 2., liv. 2º, cap. V).

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar**. Um estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

_____. "O Fim da Juventude Militar". In: VIANNA, Hermano. (org.). Galeras Cariocas – território de conflitos e encontros culturais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997, p. 161-180.

CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da Guerra**. Prefácio de Anatole Rapaport. Tradução de Maria Teresa Ramos. São Paulo: Martins Fontes Ed., 1979.

CORDEIRO, Jaime Francisco P.. **A História no Centro do Debate**: da Crítica do Ensino ao Ensino Crítico. Orientação Olga Molina. Dissertação de Mestrado, FEUSP-SP, 1994.

DE TORRES, Guillermo Cabanellas. **Diccionario Militar**: Aeronáutico, Naval y Terrestre, Tomo I. Buenos Aires: Bibliográfica Omeba, 1961.

DEWEY, John **Vida e Educação**. Trad. Anísio S. Teixeira. São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 107-191. (Os Pensadores)

DOZER, Donald Morquand. **América Latina, uma perspectiva histórica**. Porto Alegre: Globo, 1966.

ESCOLA NAVAL.[Internet]. Disponível em: <<http://www.en.mar.mil.br>>. Acesso em: 12 dez. 2010.

FLORES, Mário César. "O após-guerra, olhando para o futuro". In: BRASIL. **História Naval Brasileira, vol. 5, tomo II**. SDGM, 1985.

_____. **Bases para uma Política Militar**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1992. (Coleção Momento).

GOFFMANN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 6ª edição, São Paulo: Editora Perspectiva, 1999. (Coleção Debates).

HUNTINGTON, Samuel. **O Soldado e o Estado**: Teoria e Política das Relações entre Cívicos e Militares. Trad. José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996 [1957]. (Coleção General Benício, v. 317).

INSTITUTO HISTORICO-CULTURAL DA AERONAUTICA. **História Geral da Aeronáutica Brasileira**. Belo Horizonte-MG: Editora Itatiaia, Rio de Janeiro-RJ: INCAER, 1990. 4 v.

JAMES, William. **Pragmatismo e outros textos**. Tradução de Jorge Caetano da Silva e Pablo Rubén Mariconda. São Paulo: Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

LAVENÈRE-WANDERLEY, Nelson F. **História da Força Aérea Brasileira**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Gráfica Brasileira, 1975.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História**. Tradução de I. Ferreira, B. Leitão e S. F. Borges. 5 ed. Campinas-SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LIBÂNEO, J. C.. **Democratização da Escola Pública**: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 1986.

LORCH, C. e FLORES Junior, J. **Aviação Brasileira**: sua história através da arte. Rio de Janeiro: Action Editora, 1996.

MAXIMIANO, Cesar Campiani. **Onde estão nossos heróis**: uma breve história dos brasileiros na 2ª Guerra. São Paulo: C.C. Maximiano, 1995.

Militar, 1810-1944. 2ª ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1998. (Coleção General Benício, 338)

MOTTA, Jehovah. **Formação do Oficial do Exército**: currículos e regimes na Academia

PIERCE, Charles Sanders. **Escritos Coligidos**. Seleção de Armando Mora D'Oliveira, trad. Armando Mora D'Oliveira e Sergio Pomerangblum. 2 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1980. ("Os Pensadores", v.36)

RODRIGUES, Luiz Cesar B. **A Primeira Guerra Mundial**. 13 ed. rev.. São Paulo: Atual, 1994. (Discutindo a História)

SANTOS, Murillo. **Evolução do Poder Aéreo**. Rio de Janeiro: Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica, 1989.

SCHULZ, John.; CAMPOS, Pedro Moacyr. Declínio e Queda do Império: Forças Armadas: O Exército e o Império". In: HOLANDA, Sérgio Buarque de e CAMPOS, Pedro Moacyr (orgs.). **História Geral da Civilização Brasileira**. 2 ed. São Paulo: DIFEL, 1974, p. 235-258. (Tomo II, Brasil Monárquico, 4º vol., livro 3º).

SEGRELLES, Vicente. **História Ilustrada da Aviação**. Lisboa: Edições Melhoramentos, 1962.

VALE, Brian. "A Criação da Marinha Imperial". In: BRASIL. **História Naval Brasileira, vol. 3, tomo I**. SDM, 2002.

WEYGLEY, Russell F. (org.). **Novas Dimensões da História Militar**. Trad. Octávio A. Velho. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1981. v 1.